

'Feminicídio é um fenômeno sociológico, e o Estado precisa mudar a cultura dos homens'

A advogada afro-americana Patricia Sellers é especialista em gênero no Tribunal Penal Internacional, onde ajudou a julgar casos históricos de estupro

(O Globo, 11/09/2019 - acesse no site de origem)

A advogada criminal internacional, assessora especial para **gênero** no Tribunal Penal Internacional (TPI) e professora da Universidade de Oxford, Patricia Sellers, viveu no Brasil na época da redemocratização e sentiu “os ventos da democracia”. Na Europa, atuou em casos importantes no TPI, trabalhando pelo reconhecimento do **estupro** como crime contra a **Humanidade** e crime de genocídio.

Nesta semana, voltou ao Rio de Janeiro para participar do colóquio “Legislação antirracista: ensino e pesquisa”, direcionado a estudantes de Direito e que terminou nesta terça-feira, e conversou com O GLOBO sobre racismo, feminismo, estupro e democracia.

Você passou três anos no Brasil. Como foi a experiência?

Foi muito interessante porque pude comparar e ver similaridades entre o Brasil e a América. As principais semelhanças entre norte-americanos, latino-americanos e caribenhos é que essas terras eram habitadas pelos povos indígenas, com civilizações e cidades como Cuzco e Machu Picchu. A comida reflete isso. Já a influência africana na nossa cultura gerou a música soul, o samba e o jazz. O que também temos em comum foi não ter dado poder econômico e político para esses indígenas, ter tido trabalho escravo dos negros, e descendentes deles, que viveram formas legais de apartheid e formas sociais de discriminação que persistem até hoje.

Como é esse apartheid social?

Nos EUA, antes de 1967, o casamento interracial era ilegal, as pessoas não podiam viver em certas áreas nem ser admitidas em certas escolas, isso é uma discriminação legal. Mas depois ficou a discriminação social. Tem uma expressão interessante aqui no Brasil que é “o lugar do negro”, certos lugares em que você não espera ver negros. Pode não ser ilegal nos livros, mas há uma discriminação social. Quando a escravidão foi abolida, as descendentes nas áreas urbanas viraram empregadas em casas de famílias ricas, e aqui no Brasil eu vejo isso. Eu sou da segunda geração de universitárias, minha mãe era professora. Nos EUA, as negras podiam ser professoras ou enfermeiras, eram as profissões aceitas, não médicas, advogadas. Quando vivi aqui, via as descendentes passeando com os cachorros dos patrões às 7h e os trabalhadores da praia majoritariamente negros.

A senhora frequentou uma universidade de Direito que seria “historicamente negra”. No Brasil não temos isso. Temos uma política de cotas raciais. Como a senhora avalia o acesso à educação?

Nós também temos cotas nas universidades tradicionalmente brancas, para negros, latinos, já tivemos para judeus. A maioria das universidades é branca, mas algumas são historicamente negras, como Howard, Lincoln, Bennett College. Aqui vocês ainda discutem o sistema de ações afirmativas. Nos EUA tinha a combinação das duas coisas. Se eu acho que funcionam? No geral, sim. Se eu acho que tem problemas? Sim. Nos EUA, as ações afirmativas sempre foram atacadas. Se uma pessoa negra tira o lugar de uma branca, dizem que não é justo. Bom, não perguntaram se era justo eu dar 300 anos de trabalho não remunerado. Não estou tirando o lugar de alguém, estou ganhando um retorno muito pequeno após gerações que não ganharam nada. Um monte de gente vai às universidades, e não são necessariamente os melhores, mas porque os pais frequentaram, ou avós, então esse legado é como um ponto extra. É um tipo de ação afirmativa, mas ninguém nunca viu isso como uma vantagem a ser questionada, que a outra pessoa devia ter o mesmo direito.

Como a senhora vê a questão do feminismo negro? É possível haver um movimento que contemple todas as mulheres?

Algumas mulheres tentam fazer como se o movimento feminista fosse completamente universal, e não é. As mulheres brancas pensam que falam pelas mulheres de forma geral, mas sabemos que não é verdade. Como o feminismo afeta uma mulher que trabalha num estado pobre e rural? É preciso ver a situação econômica, geográfica, racial, e ter certeza que esse feminismo incorpora a minha experiência, mesmo que falemos de discriminação contra as mulheres como um todo. Acho que incorporar experiências políticas e emocionais variadas enriquecem o feminismo. Um feminismo interseccional porque a sociedade tem intersecções.

Dou um exemplo: em muitos lugares do mundo, nos anos 1970 e 1980, havia um movimento grande sobre violência doméstica. Na mesma época, as mulheres negras, não importa se do Brasil, dos EUA ou de uma casta na Índia, eram estupradas, abusadas ou apanhavam da polícia. Mas isso não entrava como uma questão essencial de violência contra a mulher — hoje é mais. Então, a questão que se colocava era: como essa violência tão constante contra as mulheres negras pode não ser uma coisa fundamental, não que a violência doméstica não seja importante, mas como falamos da violência na esfera privada enquanto ela acontece na esfera pública, institucional? Isso nunca foi um assunto principal.

Como chegou ao Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia?

Quando fui à Bélgica com meu marido soube do Tribunal Internacional para Iugoslávia e fiquei animada em poder voltar ao direito criminal. Os promotores acabaram me chamando e pediram que eu me juntasse a eles como defensora pública, já tinha experiência com questões femininas por causa do Brasil. Foi assim que entrei na área criminal internacional e me pediram particularmente para trabalhar com a parte de violência sexual. A estimativa é de que tenham ocorrido mais de 20 mil estupros na guerra da Iugoslávia. Na época, a rede CNN mostrava fotos da guerra, o movimento feminista era muito mais global e questionava as Nações Unidas sobre os direitos femininos, olhando para a situação das mulheres nos países em guerra. Trabalhei desenvolvendo estratégias legais para trazer esses casos, como Kunarac (a primeira vez em que estupro foi tratado como um crime contra a humanidade), à corte.

Depois veio Ruanda.

Sim, oito meses depois, Ruanda teve o genocídio e o mesmo promotor assumiu e eu me tornei conselheira de gênero para Ruanda. Trabalhei no caso Akayesu, relacionando violência sexual

com genocídio (esse foi o primeiro caso em que o estupro foi considerado uma forma de genocídio). Assim eu comecei nessa área do Direito e trabalho com isso há 30 anos, fazendo consultorias, dando aulas e aconselhando cortes criminais.

Esses casos foram marcantes no entendimento do estupro como algo criminoso numa guerra. Como ocorreu essa transformação?

O que eu gostaria de dizer primeiro é que o estupro é um crime de guerra há centenas de anos. No começo do século XIX, começaram a falar de honrar a família, que era uma referência à violência sexual. Então é falso dizer, adoraria receber o crédito, que o estupro virou crime de guerra nas cortes de 1990. Nos textos do Julgamento de Tóquio (1946-1948), você tem que parar, fechar o livro e respirar, porque é cheio de estupros, é estupro demais, centenas e centenas. Nos Julgamentos de Nuremberg (1945-1946) não tinha a palavra estupro, usavam vários eufemismos. Se entende o que o julgamento diz, há muitas evidências de estupro, mas havia um entendimento de que os crimes de guerra são terríveis então como lidar com cada um, como estabelecer categorias. Então pelas bases legais incluíram violência sexual e estupro numa categoria de Tratamento Desumano, que englobava estupros, forçar prostituição, abusos de prisioneiras etc.

Em 1994, no Tribunal da Iugoslávia, tínhamos que procurar uma nova abordagem. “O que você quer? Acontece na guerra.” Sim, acontece na guerra e é crime. Se você olhar nos Protocolos da Convenção de Genebra de 1977 falam explicitamente de estupro. Mas, nas Convenções de 1949 (tratados internacionais que contêm as normas mais relevantes que limitam as barbáries da guerra) não havia isso explícito. Então eu tive que criar a estratégia legal para lidar com violência sexual.

Como julgar um crime sem que exista uma palavra para defini-lo?

Tem que entender o que as palavras diziam em cada época. Em 1919, depois da Primeira Guerra Mundial, os vitoriosos resolveram que iriam julgar crimes de guerra. Fizeram uma lista de 32 crimes. Sabe qual era o quarto na lista? Estupro. Ninguém precisava dizer, mas todos sabiam que aquele ato era crime. Em 1949 as Convenções de Genebra não usam a palavra, mas você lê nas entrelinhas, o tratamento desumano a mulheres. Em 1929, os alemães, que haviam perdido a guerra, propuseram acrescentar uma frase nas convenções: “mulheres que sejam prisioneiras de guerra devem receber toda consideração pelo seu gênero”. Uma sentença interessante. O que quer dizer? “Parem de estuprar as prisioneiras.” Em 1945, em todas as Convenções, aparecia essa frase. Agora, depois de tantas Convenções, temos estupro, forçar prostituição, abuso sexual etc. De qualquer forma tudo é proibido.

Em 1994, eu decidi depois de fazer toda essa pesquisa que aquela conduta poderia ser julgada. A estratégia legal na Iugoslávia era investigar violência sexual, julgar e categorizar. Em Kunarac, e é famoso por isso, categorizei como violência sexual e escravidão. Ou seja, escravidão não é só trabalhar na plantação, mas tendo bebês para seus ‘donos’, se tornando escrava sexual ou ama de leite. Em Kunarac, essas mulheres da Iugoslávia de 13 a 35 anos foram mantidas num pequeno grupo que eram mantidas presas e eram levadas com esses homens que tinham acesso a elas para sexo.

No caso Akayesu, em Ruanda, muitas mulheres eram estupradas e logo depois mortas, outras não. O genocídio em Ruanda era composto basicamente por dois atos: matar e estuprar. Para haver o crime de genocídio você não precisa morrer, o primeiro ato num genocídio é matar, o

segundo é criar forte dor a um membro do outro grupo, e essa definição pode servir para tortura. E violência sexual é tortura. Essa foi a estratégia.

O estupro na guerra vai além do aspecto sexual, podendo ser uma forma de punição, de poder, de fazer filhos. Dá para estabelecer esses limites?

Depende das circunstâncias. Na Iugoslávia havia rumores de campos de estupro para mulheres para ter bebês. Não achamos evidências disso, havia mulheres que eram estupradas e acabavam grávidas, mas não necessariamente elas eram mantidas escravas para ter filhos. No Camboja casais eram obrigados a ter relações porque eles queriam bebês, aí você vê a violência sexual contra a mulher e homem para produzir filhos para o grupo. Em Uganda, a milícia força meninas a viajar com ela para serem escravas sexuais e às vezes os bebês viravam parte da milícia. Há muitas razões diferentes, mas isso não necessariamente muda o fato de que eles decidiram cometer o ato e cometeram um crime de guerra.

A senhora vê essas situações se repetirem hoje?

Sim, isso ainda acontece hoje. O que me vem primeiro à cabeça é o Estado Islâmico e as mulheres yazidis, que são escravas sexuais. Elas são levadas ainda crianças e ficam com um combatente e quando ele morre ela ganha outro “marido” combatente.

Aqui no Brasil as mortes de mulheres pelos parceiros passaram a ser chamadas de feminicídio. Dar um nome específico à morte de mulheres ajuda no combate?

A América Latina está criando esse crime em que as mortes são classificadas como crimes de gênero. Agora na França, oito mulheres foram mortas assim neste ano, no Reino Unido já tivemos casos. A América Latina entendeu e, a Europa agora, que não é só mais uma morte individual. São mortes articuladas que fazem parte de um movimento. Isso coloca esses crimes num contexto social. É um fenômeno sociológico. Bom, tem uma lei, vamos investigar. Mas não é só uma questão de lei. O Estado tem a obrigação de mudar a cultura dos homens, as instituições têm que fazer essa mentalidade mudar para que esses crimes parem.

Como está sendo voltar ao Brasil no momento em que várias organizações reclamam das posições do governo sobre direitos humanos?

O que eu gostaria de dizer é que há muitas décadas o Brasil estava muito excitado sobre a volta da democracia, havia uma animação no ar, os ventos da democracia. Eu venho da Filadélfia, uma cidade de contradições que teve a declaração de Independência. E esse texto fala em “nós”. Mas quem era esse “nós”? Não queria dizer índios, escravos, mulheres... Precisamos sempre fortalecer a ideia do “nós”. Hoje contemplamos pessoas com deficiência, transgêneros. Há momentos em que o entendimento da democracia passa pela definição de que é o “nós”. E quem queremos ser?

Por Constança Tatsch

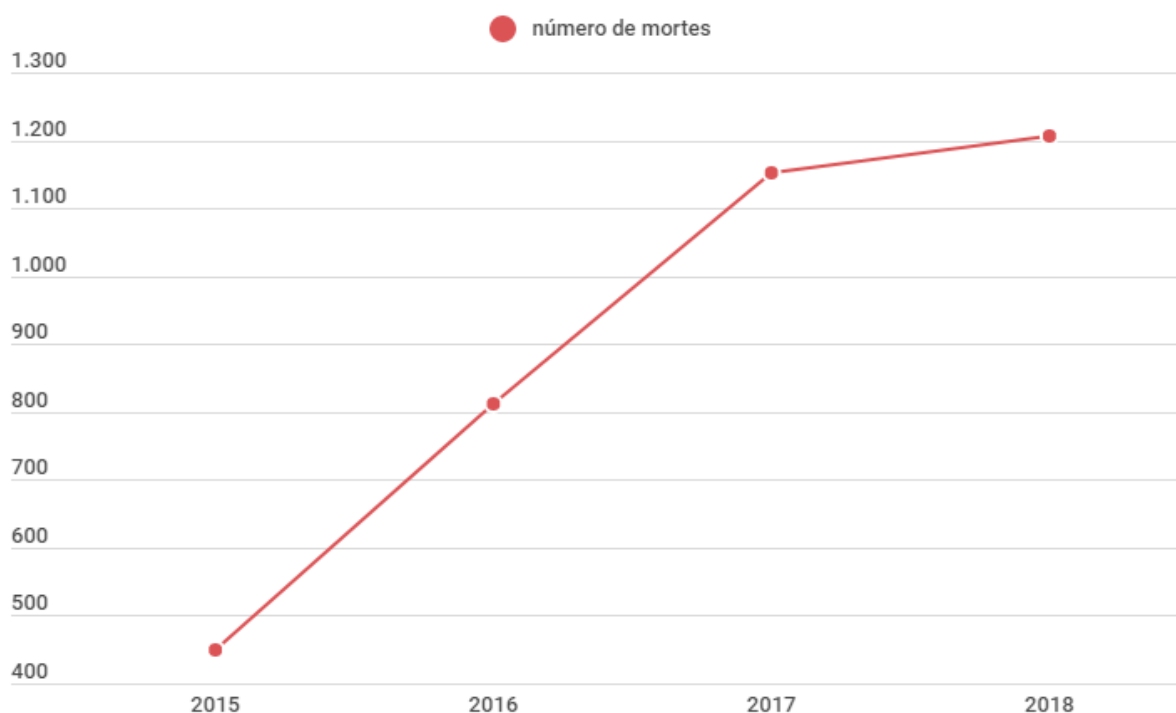
Casos de feminicídio no país crescem 4% enquanto os de homicídio diminuem

A queda de 10% no número de homicídios no país, entre 2017 e 2018, não se reflete nos casos de feminicídio, que registraram alta de 4% no mesmo período, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgados nesta terça (10). O levantamento foi baseado nos dados dos boletins de ocorrência enviados pelos estados ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

[\(Universa, 10/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Em comparação com 2015, ano em que a Lei do Feminicídio foi criada, o aumento foi ainda maior, de 62,7%. Nos dois últimos anos, foram registrados 2.357 feminicídios, o que significa uma vítima morta por ser mulher a cada oito horas. É o maior registro desse tipo de crime desde que a lei entrou em vigor.

Feminicídio no Brasil



Fonte: Anuário de 2019 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Na maioria dos casos, as vítimas são negras (61%) e estudaram até o ensino fundamental (70,7%).

“Essas mulheres acumulam vários indicadores de extrema vulnerabilidade: têm baixa escolaridade, sofrem racismo e, muito provavelmente, têm uma renda relativamente baixa”, afirma a diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno. “Elas já sofriam violência doméstica mas, muitas vezes, nem chegam a denunciar: por não se

reconhecerem vítimas, por medo e por dependerem financeiramente do agressor.”

“Quantas mais terão que morrer para o Estado brasileiro agir?”

Na opinião de Samira, ainda que existam leis com penas duras para autores de violência doméstica, a exemplo da Lei do Feminicídio, tratar do tema apenas à luz do Código Penal não é suficiente. A diretora do Fórum afirma que faltam políticas de assistência social no que diz respeito à vulnerabilidade de possíveis vítimas, como destacar profissionais capacitados para ajudá-las em postos de saúde. “Essa mulher pode não ter ido à polícia fazer uma denúncia, mas ao posto ela vai. Se houver alguém ali que a ajude, a chance de ela não sofrer um feminicídio aumenta.”

Na opinião de Samira, o Estado brasileiro vem agindo na contramão do que deveria ser feito para coibir a violência contra a mulher, que culmina nos assassinatos. O debate de violência de gênero e aulas de educação sexual, diz ela, seriam um caminho para a prevenção. “Mas são dois temas demonizados pelo governo”, diz. “Quantas mais terão que morrer e ser violadas para o Estado brasileiro agir?”

Segundo dados do Anuário, os casos de lesão corporal dolosa relacionados à violência doméstica também aumentaram de 2017 para 2018: foram de 252.895 registros para 263.067.

Portanto, a cada dois minutos, mostra o relatório, uma mulher sofre violência doméstica. O que significa que, até você chegar ao final deste texto, ao menos uma mulher terá sido agredida pelo marido, namorado ou antigo companheiro.

88,8% dos autores de crimes são companheiros ou ex

A maioria dos crimes tem como vítimas mulheres de 30 a 39 anos (29,8%). O número também é considerável na faixa entre 20 e 29 anos (28,2%). Os dados são referentes à chamada idade reprodutiva.

O feminicídio está intimamente ligado à violência doméstica, aponta o relatório: 88,8% são cometidos por parceiros ou ex-companheiros. Além disso, em 65,6% dos casos os assassinatos acontecem na residência da vítima.

Uma das alternativas para tentar diminuir o número de feminicídios, acredita a especialista, é promover grupos de reflexão para agressores, para evitar uma escalada de violência que possa culminar no assassinato da parceira ou ex.

“Eles seguem um padrão, aprenderam a se relacionar assim, acham que a mulher é inferior, não aceitam que ela tenha a própria vida ou se envolva com outra pessoa, caso se trate do fim de uma relação”, diz Samira. “Por isso, é preciso que participem de iniciativas para mudar essa mentalidade.”

Por Camila Brandalise e Maria Carolina Trevisan

[Brasil registra 1 caso de agressão a mulher a cada 4 minutos, mostra levantamento](#)

Violência se dá sobretudo em casa, com agressor conhecido; dado inclui apenas sobreviventes

[\(Folha de S.Paulo, 09/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A vendedora de roupas Talita Oliveira, 29, se submeteu a sete cirurgias reconstrutoras nos dois últimos anos: duas na orelha esquerda e cinco no nariz. “E terei que fazer mais dez só no nariz”, diz.

Em novembro de 2017, foi atacada pelo ex-companheiro, que não aceitava o fim do relacionamento. Era manhã de domingo quando o agressor invadiu a casa da mãe de Talita, em Barueri (SP), onde ela estava.

Tentou esganá-la, quebrar o seu pescoço e arrancou com os dentes uma orelha e o nariz da vendedora. Os dois filhos mais velhos da mulher, de 13 e 11 anos, viram tudo. “Vivi uma cena de filme de terror. Fiquei desfigurada. Dormi uma e acordei outra. Parecia um monstro”, diz ela.

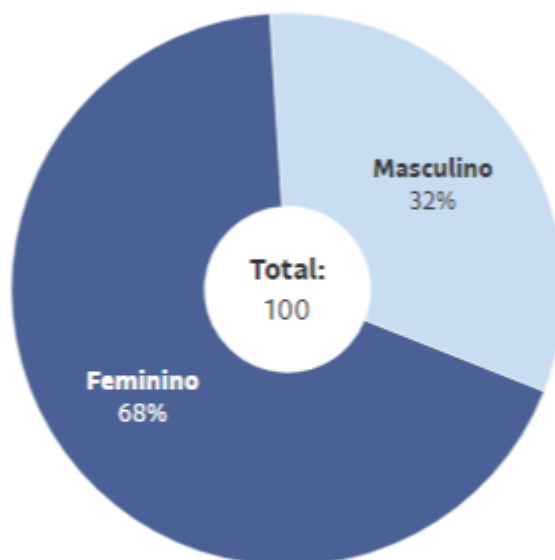
O Ministério da Saúde registra que, no Brasil, a cada quatro minutos, uma [mulher é agredida por ao menos um homem](#) e sobrevive. No ano passado, foram registrados mais de 145 mil casos de violência —física, sexual, psicológica e de outros tipos— em que as vítimas sobreviveram.

A conclusão vem de dados inéditos do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), obtidos pela **Folha** via Lei de Acesso à Informação. A reportagem analisou 1,4 milhão de notificações recebidas de 2014 a 2018.

Toda vez que uma mulher procura um serviço de saúde, e o agente identifica que ela foi vítima de violência, é obrigado a notificar o caso às secretarias de saúde (o mesmo ocorre para violências sexuais, independentemente do gênero, e violências contra crianças e idosos, entre outros casos). Essas informações compõem o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA/SVS/MS).

O número não inclui as mulheres assassinadas, já que elas não são objeto do mesmo tipo de notificação. Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2017 houve 4.396 assassinatos de mulheres no país.

A maior parte das vítimas de violência (física, sexual, psicológica, entre outras) é mulher



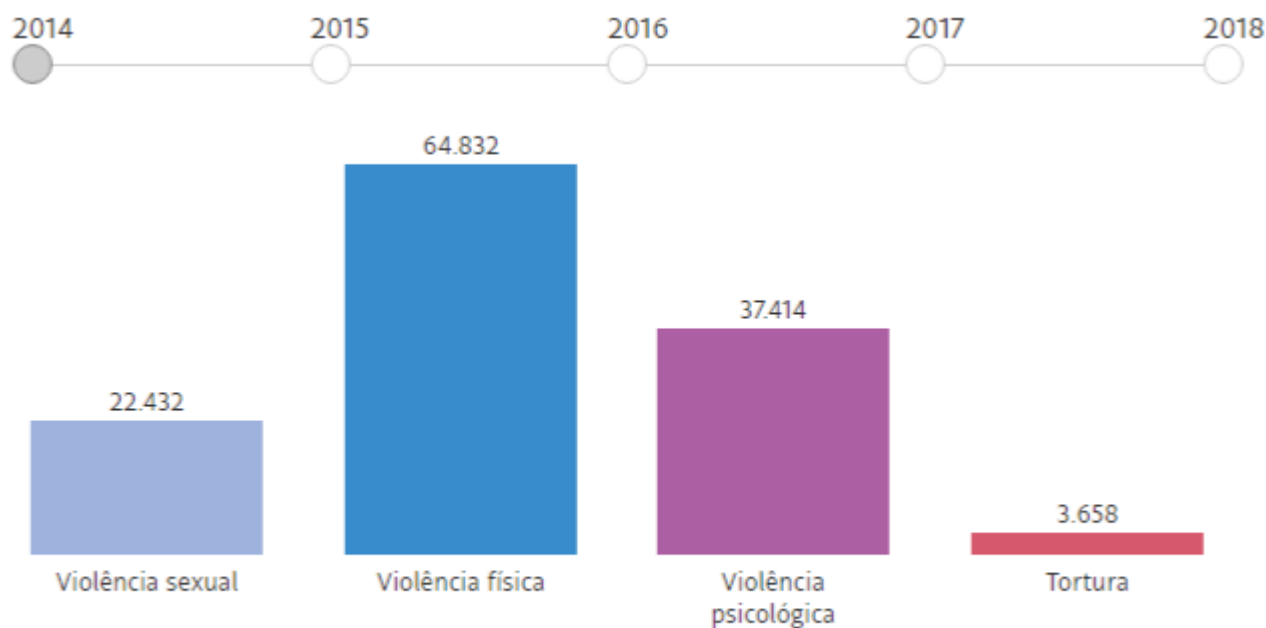
Fonte: Sinan/Ministério da Saúde; dados de 2018 são preliminares e estão sujeitos a alterações

Há também [alto índice de subnotificação](#), mesmo com a obrigação legal do registro —o que significa que o número de agressões pode ser ainda mais alto.

Nos últimos anos, houve [aumento expressivo nos registros de violência física, psicológica e sexual](#), de acordo com a base de dados da pasta. A tendência de crescimento se manteve ano após ano.

Os registros de violência sexual, por exemplo, tiveram aumento de 53% no período. Nesse tipo de agressão, 7 em cada 10 vítimas são crianças e adolescentes (têm até 19 anos).

As agressões de mulheres por homens não param de crescer, ano a ano em diferentes categorias previstas pelo sistema de notificações do Ministério da Saúde



Fonte: Sinan/Ministério da Saúde; dados de 2018 são preliminares e estão sujeitos a alterações

[Estupros coletivos](#) (cometidos por mais de um autor homem) contra mulheres foram 3.837 no ano passado. Quando se considera também os registros de outros perfis de vítimas, incluindo as do sexo masculino, o total chega a 4.716, uma média de 13 casos por dia.

Não é claro se houve aumento no número de casos de violência contra a mulher ou se os casos passaram a ser mais notificados por causa de uma sensibilização maior da sociedade quanto à violência de gênero, diz a socióloga Wânia Pasinato.

“Nos últimos anos, a gente começou a falar mais especificamente sobre o estupro coletivo, desde o caso de [Castelo do Piauí \[episódio de 2015 de grande repercussão\]](#), em que quatro jovens foram estupradas por cinco homens”, observa.

“Os dados estavam lá, mas eram invisíveis, mesmo quem pesquisa na área não dava atenção a isso. À medida que a gente dá mais publicidade, ele começa a ser mais denunciado e o registro entra mais na percepção dos profissionais.”

A antropóloga Tatiana Perrone, pesquisadora do Núcleo de Antropologia do Direito da USP, diz que é difícil precisar a razão do aumento, mas que o crescimento no número de mortes de mulheres é um indicativo de que haja escalada na violência de gênero. “Existe um dado bem concreto, que é o corpo. Não depende de notificação”, afirma.

O último Atlas da Violência, do Ipea, com dados de 2017, mostra que a taxa de mortes de mulheres bateu recorde, chegando a 4,7 assassinatos a cada 100 mil habitantes.

Para a promotora de Justiça Gabriela Manssur, o aumento nos registros de violência contra a mulher se deve ao fato de as mulheres fazerem valer seus direitos cada vez mais: “Há um maior conflito, porque os homens não aceitam a liberdade de comportamento”.

Se a violência sexual atinge mais crianças e adolescentes, a agressão física tem como vítima preferencial mulheres de 20 a 39 anos (55% dos casos).

Em quase todos os casos de violência, o agressor da mulher é uma pessoa próxima: pai, padrasto, irmão, filho, ou, principalmente, ex ou atual marido ou namorado. É em casa onde as mulheres são, na maioria das vezes, agredidas: [70% dos casos ocorrem em residência](#).

Na maioria das vezes,
o agressor é o ex ou
atual companheiro



Fonte: Vigilância de
Violências e Acidentes
(VIVA/SVS/MS)

Foi o caso da Talita, a mulher citada no começo desta reportagem.

A vítima e o agressor, seu ex-companheiro, ficaram juntos por cerca de dois anos. As agressões começaram no segundo ano do relacionamento, segundo ela. Manchas roxas pelo corpo eram comuns.

“Minha mãe falava para eu me separar, que uma hora ele ia me machucar feio”, diz. “Mas, quando você está dentro do ciclo de violência, é muito difícil sair. A mulher não gosta de apanhar. A gente fica psicologicamente presa.”

Para Perrone, essa violência está ligada aos papéis que são ocupados por cada gênero na sociedade.

“Os [homens são ensinados a utilizar a força e a violência para a resolução de conflitos](#) e tentam colocar as mulheres em determinados lugares. Há um exercício de poder e da violência para controlar os corpos das mulheres.”

REGISTROS INDICAM DISCREPÂNCIAS E SUBNOTIFICAÇÃO

Dados levantados por órgãos de saúde, como é o caso do Sinan, tendem a ser mais confiáveis que os de sistemas de segurança, alimentado pelas polícias.

Isso acontece porque é alto o índice de subnotificação de casos de violência doméstica e de

violência sexual, já que há casos em que as vítimas temem denunciar seus agressores.

Wânia Pasinato explica, porém, que os dados do Ministério da Saúde “enfrentam, como qualquer outro sistema de informação, a dificuldade de sensibilizar o profissional da ponta sobre a importância de fazer essa notificação”.

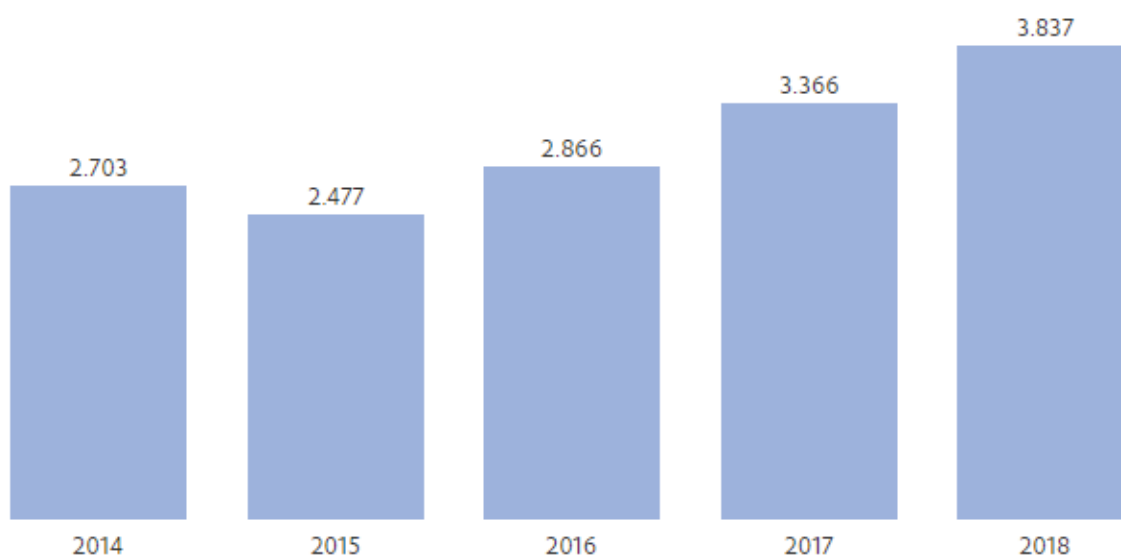
O Ministério da Justiça, que agrega informações policiais, chega a registrar o dobro de casos de estupro que o Ministério da Saúde em 2018.

Isso acontece por uma série de fatores. Primeiro, há estados que enviam dados à pasta da saúde só de atendimentos em hospitais públicos, enquanto outros incluem atendimentos na rede privada.

A diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, levanta outro problema. “Existe uma certa resistência de médicos, que não querem ser chamados para testemunhar em casos de violência doméstica ou sexual, e não assinam a notificação que deveria ser compulsória”, afirma.

“Os dados nos ajudam muito a entender o perfil das vítimas, mas não mensuram todo o tamanho do problema.”

Estupros coletivos contra mulheres feitos por homens também atingem recorde



Fonte: Sinan/Ministério da Saúde; dados de 2018 são preliminares e estão sujeitos a alterações

Os dados levantados pela reportagem não permitem ver a faixa de renda, mas estudos apontam que a violência contra a mulher atinge toda a sociedade, independentemente de classe social.

Estudo do Ipea mostra que a violência de gênero tem o dobro da ocorrência quando a mulher participa do mercado de trabalho.

Hoje, Talita não consegue mais respirar pelo nariz. Teve depressão, emagreceu 20 kg, viu os filhos repetirem de ano e não consegue arranjar emprego. “Qual empresa vai contratar uma pessoa doente, que precisa operar de quatro em quatro meses?”

Com a ajuda de um tratamento psicológico, tenta se reerguer. “A minha vida recomeçou do zero. Nasci de novo. Disso eu tenho certeza”, afirma.

O agressor, Ricardo Willians Cazuza, está preso. Ele foi condenado em primeira instância pelo crime e recorre da decisão judicial.

METODOLOGIA

Para análise dos dados foram retirados registros duplicados a partir de combinações de informações idênticas na base de dados - número de notificação, data de ocorrência, sexo, data de notificação, código da regional de saúde e data de Nascimento (este último para os microdados de 2018).

Para analisar a violência a mulheres cometida por homens, levou-se em conta a declaração do sexo da vítima e do possível agressor. Neste último caso, foram considerados tanto as opções que o identifica do sexo masculino e ambos os sexos (nos casos que há mais de um agressor).

Por Marina Gama Cubas, Júlia Zaremba e Thiago Amâncio

Governo Doria muda metodologia e homicídio contra mulher salta de 71 a 227

Com uma mudança de metodologia na contagem de dados, o número de homicídios dolosos —com intenção de matar— contra mulheres passou de 71 entre janeiro e julho do ano passado para 227 no mesmo período deste ano. A SSP (Secretaria da Segurança Pública) informou que o salto ocorreu porque, pela nova metodologia, é possível verificar micro dados diretamente dos boletins de ocorrência.

[\(Universa, 03/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A página de estatísticas da pasta, que foi atualizada na tarde de hoje, depois de o UOL questionar a secretaria sobre a ausência de dados, aponta um acréscimo vertiginoso, que chegaria a 220%. Dados do governo paulista, que não estão expostos na página, mas que foram enviados à reportagem após o questionamento, apontam que, na verdade, no ano passado houve 282 homicídios dolosos contra mulheres, não 71.

Questionada, a SSP não soube informar por que os dados dos anos anteriores estão expostos abaixo do que representaria o número real. A divulgação dos dados de violência contra a mulher é baseada na lei número 14.545, de 14 de setembro de 2011, de autoria da deputada Analice Fernandes (PSDB). Segundo a lei — que fica exposta no topo da página da SSP —, o poder executivo deve manter organizado um banco de dados destinado a dar publicidade aos índices de violência contra a mulher, a fim de instrumentalizar a formulação de políticas de segurança pública.

Homicídios dolosos contra mulheres em 2019:

Janeiro: 33
Fevereiro: 27
Março: 38
Abril: 42
Maio: 34
Junho: 35
Julho: 18

Homicídios dolosos contra mulheres em 2018:

Janeiro: 5
Fevereiro: 10
Março: 9
Abril: 26
Maio: 10
Junho: 4
Julho: 7

O secretário-executivo da PM (Polícia Militar), coronel Álvaro Camilo, afirmou à reportagem que a equipe técnica da SSP verá a metodologia utilizada ano passado para entender os motivos das diferenças entre os dados. “É possível chegar aos dados pelo perfil dos homicídios. Vamos rever os dados do ano passado e não há problema nenhum em corrigir os dados do ano passado. Se for o caso, vamos corrigir os dados do ano passado. Vamos até estudar uma forma de apresentar isso melhor”, argumentou.

Segundo a promotora de Justiça Gabriela Manssur, o número de feminicídios já está comprovado. “Muito embora os inquéritos policiais tipifiquem num primeiro momento como homicídio doloso, ao enviá-lo ao Ministério Público, cadastramos no nosso sistema como feminicídio, porque é uma morte violenta pelo fato de ser mulher”, disse.

De acordo com a promotora, “é triste que ainda não tenha investigação sob a perspectiva de gênero, para saber se a vítima tinha relacionamento abusivo e se estava num ciclo de violência”. Isso, segundo ela, seria importante para planejar políticas públicas de prevenção e de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Juliana Gentil Tocunduva, promotora de Justiça do Tribunal do Júri de São Paulo, afirmou que o dado, que “mostra um expressivo aumento”, vai ao encontro da ausência de políticas públicas de prevenção. “É de mudança de mentalidade da sociedade como um todo, porque essa violência é machista, fruto da posse, do ciúmes. E há a necessidade de se enfrentar essa situação para prevenir a prática desses crimes”, disse.

Fabiana Paes, promotora de Justiça do Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica, disse que “o feminicídio é apenas a ponta do iceberg”. “Quando ocorre o feminicídio, é a demonstração de que não houve trabalho eficaz na prevenção, oitiva e investigação. Existe certamente falhas no estado brasileiro, num geral, porque somos o quinto país que mais mata mulheres no mundo. Esses dados são inaceitáveis”, afirmou

SSP diz que houve redução de homicídios

A SSP informou que “a comparação sugerida pela reportagem é equivocada, pois contempla bases de dados distintas” e que “uma nota técnica sobre a nova metodologia também será inserida na referida página”. No site, não há informações sobre isso. “Com todo respeito à linha editorial do portal UOL, reiteramos o alerta para o erro em relação aos números”, complementou a pasta.

Por meio de nota, a secretaria informou outros dados, que não estão públicos. “Nos primeiros sete meses do ano, foram registrados 227 homicídios dolosos com vítimas mulheres no estado, ante 282 em 2018. Uma redução de 19,5% no período. Do total de ocorrências no período, 89 foram registradas como feminicídios e todas foram esclarecidas.”

Ainda segundo a pasta, um novo modelo de apresentação dos dados estatísticos de violência contra a mulher está sendo implantado. “Os dados de 2019 da página ‘violência contra a mulher’ já seguem essa nova metodologia, que, de forma automática e dinâmica, possibilita verificar micro dados diretamente dos boletins de ocorrência, o que não era possível na metodologia anterior. De forma escalonada, os dados de anos anteriores serão convertidos para o novo modelo, permitindo em breve a comparação histórica.”

Dados ocultados pela gestão Doria

Enquanto os dados de todos os indicadores criminais que estão em queda são divulgados pelo governo Doria, o número de homicídios contra as mulheres estava ocultado até a tarde de hoje. Na aba do site de estatísticas da SSP que deveria mostrar esses indicadores, não havia atualização desde dezembro do ano passado.

Para Samira Bueno, diretora do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), “preocupa muito essa falta de transparência, em especial dos indicadores que têm crescido. A não atualização do site revela pouca transparência do governo.”

De acordo com ela, o aumento no número de feminicídios vem sendo observado nos últimos meses. “Os esforços do estado têm que ir além de criar delegacias. Não é suficiente quando a mulher não se sente encorajada para ir à delegacia. Manter as delegacias abertas é uma política importante, mas é preciso fazer o acolhimento dessa mulher. O estado tem, sim, o dever de proteger as mulheres, mas tem sido incompetente”.

O secretário-executivo da PM, coronel Álvaro Camilo, afirmou que o FBSP tinha os mesmos números apresentados à reportagem sobre o assunto. “Não tem aumento de 200% no homicídio contra a mulher. A forma como esses dados foram colocados foi metodologicamente diferente”, disse.

Segundo a promotora Fabiana Paes, toda administração pública deve prezar pela transparência e publicidade dos dados. “É um preceito importante. No meu entendimento, de forma genérica, para qualquer governo de estado, em qualquer esfera, a administração pública tem que se pautar pela transparência. É parte da democracia”, disse.

“É importante manter as estatísticas atualizadas. Pois se não temos como ver, não temos como saber o que fazer. Os dados são importantes para traçar política pública de combate à violência contra a mulher. Se não há diagnóstico, não há remédio”, complementou a promotora.

Outro lado

Por meio de nota, a SSP informou que, “por um erro de processo interno, os dados de violência contra as mulheres — apurados, compilados e divulgados regularmente — ficaram indisponíveis para visualização no portal. A SSP agradece ao UOL por ter apontado a falha e informa que já sanou o problema.”

“Em que pese o erro, a Secretaria da Segurança mantém seus dados de qualquer tipo de ocorrência abertos e disponíveis para a população desde 2001. Somente neste ano e especificamente sobre violência contra a mulher, foram atendidos mais de 120 pedidos da imprensa e dez demandas de cidadãos”, complementou a pasta.

Ainda segundo a secretaria, “os dados estatísticos de violência contra a mulher apurados de forma contínua dão importante subsídio para as políticas públicas de segurança desta gestão. De janeiro para cá, apenas na área da segurança, este governo já ampliou de uma para 10 as delegacias de Defesa da Mulher 24 horas em todo o estado”.

A SSP informou que, nos primeiros sete meses do ano, todas as ocorrências de feminicídio registradas foram esclarecidas.

Por Luís Adorno

[França lança três meses de debates para combater feminicídio e violência conjugal](#)

Desde o início do ano, 101 mulheres foram vítimas de seus companheiros ou ex-companheiros, contra 121 casos registrados durante o ano de 2018.

[\(G1, 03/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A [França](#) inicia nesta terça-feira (3) um ciclo de debates de três meses sobre a violência doméstica. O fórum, intitulado “Grenelle da violência conjugal”, reúne ONGs de defesa dos direitos da mulher, especialistas de áreas multidisciplinares (polícia, justiça, família, infância) e familiares de vítimas.

Associações não governamentais evocam uma “situação de emergência” e reivindicam mais verbas para combater as agressões e o feminicídio no país.

O jornal Libération traz o número 100 na capa, enorme, em vermelho. Assim, a imprensa francesa chama a atenção para a urgência em combater o feminicídio no país. Desde o início do ano, 101 mulheres foram vítimas de seus companheiros ou ex-companheiros, contra 121 casos registrados durante o ano de 2018.

Na Europa, a França é o segundo país mais afetado pela violência conjugal depois da [Alemanha](#). As associações que atuam no setor dando apoio às vítimas pedem um orçamento de € 500 milhões, ao invés dos € 79 milhões empenhados atualmente, para combater esse tipo de violência. Elas estimam que é necessário aumentar as vagas nos alojamentos de emergência, pedem a criação de tribunais especializados e treinamento de policiais nas delegacias para receber as queixas.

A centésima vítima de feminicídio foi uma jovem de 21 anos residente em Cagnes-sur-Mer (sul). Ela foi violentamente agredida em plena rua no último sábado (31), na entrada do prédio onde morava com seu companheiro de 26 anos.

Uma vizinha telefonou à polícia para alertar sobre o caso. Essa testemunha ocular tentou, junto com seu filho, interferir para conter o massacre, mas foi ameaçada pelo agressor. “Ele pulava em cima dela como se estivesse num trampolim”, relatou.

Quando os policiais chegaram ao local, não encontraram mais o casal. No dia seguinte, o corpo da mulher foi encontrado enrolado em um tapete sob sacos de lixo abandonados nas proximidades do prédio. O companheiro, principal suspeito, foi detido no domingo (1), mas nega a violência. Uma investigação administrativa foi aberta para apurar se houve negligência da polícia.

Poucos dias antes deste centésimo crime, no dia 28, um ato foi organizado diante da Prefeitura de Paris em memória de mulheres mortas pelos companheiros ou ex-companheiros. Uma outra ação, no dia 6 de julho, pediu “medidas rápidas e concretas” às autoridades.

Em resposta, a secretária de Estado da Igualdade entre Mulheres e Homens, Marlène Schiappa, lança hoje o grande debate nacional. A data escolhida faz referência a uma linha telefônica de emergência existente - 3919 -, criada há algum tempo para que mulheres vítimas de violência possam pedir ajuda.

Durante o ciclo de debates, autoridades de diferentes ministérios devem se reunir na sede do Ministério do Interior, junto com ONGs e familiares de vítimas, para discutir ações contra o feminicídio. Outras 91 reuniões estão programadas em toda a França, para tentar frear esse mal que a cada ano atinge cerca de 220 mil mulheres, matando mais de uma centena entre elas. A iniciativa vai durar até 25 de novembro, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

Solução depende de envolvimento da sociedade

Entrevistada pelo jornal *Aujourd’hui en France*, a secretária de Estado Marlène Schiappa defende punições mais severas contra os agressores. “Os feminicídios só vão diminuir se toda a sociedade se implicar”, declarou ela durante um encontro na sede do jornal.

O jornal *Le Figaro* evoca o caso da [Espanha](#), onde, desde 2004, uma lei de proteção foi aprovada por unanimidade pelo Parlamento. Em 2019, segundo associações espanholas, 42

mulheres morreram por causa da violência conjugal. País patriarcal, ainda sob forte influência da ditadura franquista, a Espanha começou a se conscientizar do problema em 1997. Uma mulher foi à TV falar da violência sofrida pelo marido alcoólatra. Alguns dias depois, ele cobriu o corpo dela com gasolina e a queimou viva no jardim.

Le Figaro também lembra que as crianças são vítimas esquecidas de dramas conjugais. Às vezes são mortas por vingança, ou ficam traumatizadas pelos golpes e insultos contra a mãe, além de serem instrumentalizadas para fazer pressão entre os pais. Apenas em 2018, 21 crianças foram vítimas colaterais fatais dessas situações, quase duas por mês.

Por RFI

CNMP/Enasp lança o Cadastro Nacional de Femicídios

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), lançou, nesta quarta-feira, 28 de agosto, o Cadastro Nacional de Femicídios. Apresentada na forma de Business Intelligence (BI), a plataforma online traz uma nova metodologia para a coleta e monitoramento da quantidade de inquéritos que apuram feminicídios em todo o território brasileiro.

(CNMP, 28/08/2019 - acesse no site de origem)

Com uma taxa de 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, no Brasil, conforme dados da Organização Mundial de Saúde, estima-se que os números são subnotificados e que as dimensões reais da violência fatal de gênero sejam ainda mais graves. Diante desse cenário e do expressivo aumento nos índices de alguns Estados, a Enasp/CNMP entendeu ser urgente que houvesse qualidade, agilidade e atualidade nas informações sobre feminicídios, de maneira a produzir indicadores úteis.

Assim, foi desenvolvido um sistema específico, com campos padronizados e separados por categorias analíticas - como gênero, raça, idade e escolaridade da vítima-, para atender à necessidade da produção de informações que pudessem, qualitativamente, instruir e fomentar a atuação do Ministério Público no combate ao feminicídio. Além disso, o lançamento do cadastro busca ajudar na construção de políticas públicas de enfrentamento aos números que colocam o Brasil em quinto lugar na lista de países com o maior índice de homicídios de mulheres do mundo.

As informações disponibilizadas pelo cadastro são tratadas a partir dos dados inseridos no sistema pelas unidades do Ministério Público. A descentralização do preenchimento visa a obtenção de dados atualizados e fidedignos referentes aos homicídios violentos de mulheres.

No cadastro, o membro do Ministério Público - bem como o cidadão interessado - encontra informações como a escolaridade das vítimas e o vínculo delas com os autores dos crimes. É possível visualizar ainda os episódios divididos por ano, região, estado, município, tipo (tentado ou consumado) e pela fase em que se encontram.

[Clique aqui](#) para acessar os dados.

Secretaria de Comunicação Social
Conselho Nacional do Ministério Público
Fone: (61) 3315-9424
jornalismo@cnmp.mp.br
Twitter: [cnmp_oficial](#)
Facebook: [cnmpoficial](#)

[Como ficam as crianças que presenciam a mãe sendo agredida?](#)

Elas também são vítimas da violência doméstica

[\(Claudia, 27/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A **violência doméstica** ainda apresenta números significativos no Brasil. De acordo com o **Atlas da Violência de 2019**, produzido pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 4.936 **mulheres foram assassinadas** em 2017 e o número de vítimas mortas dentro das residências cresceu 17,1% - o que pode indicar um aumento nos casos de **feminicídio**. Além disso, nos últimos três anos, quase 900 mil mulheres pediram medida protetiva em todo o país.

No entanto, não são apenas as mulheres que sofrem com a a violência doméstica, mas também os seus filhos. A psicóloga Laura França, do grupo Prontobaby, explica que, entre as diversas reações que as crianças podem ter ao presenciar uma agressão, estão o medo e a raiva do pai ou agressor.

“Birras, choros e agressividade são comportamentos que demonstram o sofrimento de quem presencia o abuso doméstico”, diz. “Outra atitude comum é querer chamar atenção com o intuito de encerrar uma briga”, completa França.

Na escola, também podem aparecer consequências, como o déficit de atenção, resultado do estresse enfrentado pela criança. “Essas circunstâncias podem desencadear na criança ou adolescente um excesso de tensão com a chegada do pai em casa, seguido de uma constância de taquicardia, por ser um estresse muito além do que ela deveria suportar”, explica a psicóloga.

Quando adulto, o filho pode, ainda, sofrer com esgotamento emocional, como aponta França, seguido de **síndrome do pânico** e **depressão**, além de compulsão alimentar e até mesmo dependência química e agressividade.

Para evitar essas consequências, a especialista explica que “a melhor atitude é procurar um acompanhamento psicológico para essa criança já que ela vai precisar de apoio para aprender

a lidar com os traumas”.

Amparo da Lei Maria da Penha

A **Lei Maria da Penha** completou 13 anos no mês de agosto e, além da mulher, a advogada **Beatriz Guerra** explica que os familiares da vítima também podem ser amparados por ela em situações de violência. “É feito um estudo para avaliar a real condição da criança para que sejam aplicadas as melhores medidas se houver risco à sua integridade física e emocional”, diz.

“Entre as medidas protetivas há o afastamento [do agressor] do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima, bem como a restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar”, elenca Guerra.

A advogada ainda afirma que, além da Lei Maria da Penha, o Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Alienação Parental podem dar apoio aos filhos da vítima.

É necessário também ressaltar a importância de denunciar os casos de violência doméstica, iniciativa que pode ser tomada pelo próprio filho, como explica França. “É importante quebrar o ciclo de silêncio, medo, vergonha e ‘segredo’ que acontece dentro de um ambiente de violência doméstica”, alerta a psicóloga.

“O filho pode ser, sim, quem rompe com esse ciclo de silêncio, ligando para o disk denuncia [180] ou contando para um adulto de fora, seja um tio, avô, professora etc, e dando o primeiro passo para a recuperação do seu lar”, finaliza.

Feminicídios

O Brasil é o quinto país no ranking de feminicídios no mundo. Em **CLAUDIA**, foram publicados mais de [40 casos de feminicídio ou tentativa desde o início deste ano](#), em todo o país.

Denuncie a violência contra a mulher. **Ligue 180.**

Por Gabriela Maraccini

Elas por Elas: como a violência doméstica impacta a saúde mental

Quadros de ansiedade e depressão são comuns em mulheres que sofrem abusos contínuos. Baixa autoestima também costuma estar associada.

(Metrópoles, 25/08/2019 - acesse no site de origem)

A [violência doméstica](#) provoca sérias consequências psicológicas nas vítimas. Mulheres que sofreram abusos contínuos podem desenvolver quadros de ansiedade e depressão. O medo de

uma agressão física ou de uma situação de confronto costuma deixá-las em um estado de estresse constante ou em uma permanente apatia.

“A violência física costuma estar acompanhada de uma violência psicológica sistemática, e isso pode provocar um adoecimento mental”, afirma Izis Moraes Lopes dos Reis, doutora em antropologia e servidora do Ministério Público do Distrito Federal, que coordena um grupo de acolhimento às vítimas no Recanto das Emas. “As mulheres ficam com um receio permanente de que algo que elas façam desencadeie uma reação agressiva do parceiro, isso gera muito estresse”, completa.

Responsável pelo acolhimento das vítimas de violência [no Instituto Umanizzare](#), a psicóloga Gécika Aline Silva relata que é comum recebê-las com a autoestima profundamente abalada e com várias crenças limitantes. “Elas não se sentem capazes de assumir o controle das próprias vidas, e são justamente essas falsas crenças que trabalhamos para quebrar”, comenta.

De acordo com Gécika, as mulheres que viveram abusos dentro de casa geralmente têm um baixo nível de investimento pessoal, isso significa que não estão mais acostumadas a ouvir e a atender os próprios desejos. “Para resgatá-las, incentivamos que elas façam coisas que as deixem felizes e satisfeitas”, detalha.

Outra ação desenvolvida no Umanizzare para o fortalecimento das vítimas é esclarecê-las sobre seus direitos. “Ao saberem que há uma lei que as protege e que elas podem resolver as questões com o apoio da Justiça, elas se sentem mais tranquilas”, relata Gécika.

Insônia

A sensação de medo muitas vezes se torna física, com o desenvolvimento de taquicardia ou insônia. “O adoecimento das vítimas é uma realidade, muitas suportam a sensação de medo apenas com remédios controlados: para dormir, para evitar a depressão, para controlar a ansiedade”, afirma a pesquisadora Véronique Durand, que lidera um curso de pós-graduação para o atendimento de vítimas de violência doméstica na UniRedentor (RJ).

As especialistas não arriscam traçar um perfil psicológico de quem estaria mais suscetível a ser vítima de [violência doméstica](#). “Não há um traço de personalidade definidor, mas há contextos sociais que colaboram para isso”, relata Véronique. Mulheres que, em seu histórico familiar, sofreram abusos ou presenciaram [situações de violência entre os pais](#) tendem a reproduzir o padrão em relacionamentos. “Não é uma regra absoluta, mas quem um dia percebeu isso como natural está mais sujeita a envolver-se com um parceiro violento”, pondera Véronique Durand.

Por Érica Montenegro

“O estupro é uma arma de destruição em

massa”

Em visita ao Brasil, médico do Congo que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2018 mostra como a masculinidade tóxica causa danos irreparáveis no mundo todo

[\(Saúde, 23/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Denis Mukwege é a medicina em seu estado mais puro. O congolês de 64 anos especializado em ginecologia e obstetrícia ganhou destaque mundial por seu impressionante trabalho em defesa das mulheres. Ele esteve essa semana no Brasil, onde realizou uma série de palestras. Seu último evento público foi uma conversa informal com funcionários do [Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo](#), ocasião que ele aproveitou para contar um pouco de sua trajetória e responder perguntas da plateia.

Mukwege se formou médico pela [Universidade do Burundi](#), na África Oriental, e concluiu seus estudos na [Universidade de Angers](#), na França, e na [Universidade de Bruxelas](#), na Bélgica. Ele abandonou a possibilidade de uma carreira de destaque em solo europeu para voltar ao continente africano e atender a população mais necessitada.

Ele foi testemunha viva de um massacre no Hospital de Lermara, em 1996. O ginecologista conta que suas pacientes recém-operadas e os funcionários da instituição foram assassinados a sangue frio durante a **primeira guerra civil da República Democrática do Congo**.

Três anos depois, o próprio Denis Mukwege fundou o [Hospital de Panzi](#), onde trabalha até hoje. Durante esses 20 anos, **ele atendeu mais de 30 mil mulheres vítimas de violência sexual**. Um projeto tão grandioso foi um dos motivos que levaram a sua nomeação para o [Prêmio Nobel da Paz em 2018, ao lado da da ativista yazidi Nádía Murad](#).

Histórias aterradoras

Ele conta que, quando ainda estava fazendo os ajustes finais para abrir o novo hospital, uma mulher entrou correndo pelos corredores da nova instituição totalmente desesperada. **Seu ventre sangrava muito**. As pessoas que a acompanhavam contaram que ela tinha sido estuprada diversas vezes por dez homens. No final, eles ainda enfiaram uma arma em seu canal vaginal e atiraram na direção de seu útero.

Histórias como essa, infelizmente, são comuns no país de Mukwege. “Em média, essas vítimas são estupradas por três homens. Não é raro atendermos bebês de seis meses que passaram por uma violência dessas”, conta.

A República Democrática do Congo vive décadas de guerra. Ao contrário de muitos de seus vizinhos, o problema não se relaciona com disputas entre etnias, religiões ou facções políticas. A questão é tecnológica mesmo — e, de certa maneira, **tem a ver comigo e com você que lê esse texto**.

Esse país localizado no coração da África detém 60% das reservas de um mineral chamado **columbita-talantina (ou coltan)**. Tal produto é primordial para a fabricação das peças dos aparelhos eletrônicos, como celulares, tablets e computadores, que tanto usamos no dia a dia.

A eterna briga congoleza se concentra, então, no controle das minas desse material tão valioso. Grupos armados invadem territórios e expulsam as pessoas de sua terra, o que já resultou em **6 milhões de mortes, 4 milhões de refugiados e 4 milhões de deslocados internos**.

Quando esses criminosos chegam numa nova região, a principal maneira de humilhar aquela comunidade indefesa é justamente atacar suas mulheres, não importa a idade que elas tenham. O ginecologista, aliás, compara o estupro como uma **arma de destruição em massa**: “Vivemos num mundo que perde todas as suas referências de humanidade. E, pior, não vemos nenhuma reação no plano internacional contra esses crimes que ocorrem todos os dias.”

Anos de sofrimento

Desafortunadamente, a história parece se repetir em terras congolezas: há pouco mais de um século, a busca desenfreada pela borracha para fabricar os pneus dos primeiros carros motivou um verdadeiro banho de sangue na região. À época, o Congo era uma propriedade privada do rei Leopoldo II (1835 - 1909), da Bélgica. As políticas criadas pelo sanguinário monarca **causaram a morte de 1 a 15 milhões de pessoas** durante as primeiras décadas do século 20.

Voltando aos nossos tempos de hoje, Mukwege percebeu, ao longo do tempo, que **recuperar a saúde das vítimas não era suficiente**. Apesar de curadas dos ferimentos, as mulheres que recebiam alta eram ignoradas pela sociedade, que não enxergava mais nelas a capacidade de integrar aquele grupo.

Foi por isso que o Hospital de Lermora abriu duas novas frentes de trabalho: primeiro, criou uma equipe de psicólogos e psiquiatras que trabalha a parte emocional das pacientes e as ajuda na superação dos traumas. Segundo, um grupo de assistentes sociais, ativistas e advogados auxilia as vítimas a buscarem **a devida reparação na justiça**. “Elas deixam de enxergar a culpa nelas mesmas e passam a acusar seus agressores”, diz o médico.

É óbvio que um trabalho tão relevante incomodou muita gente poderosa. Em 2012, Denis Mukwege foi alvo de um atentado terrorista alguns dias após fazer um discurso na Organização das Nações Unidas (ONU), em que denunciou muitos desses grupos criminosos. Ele escapou ileso, mas um de seus assistentes morreu no episódio.

Uma guerra silenciosa

E olha que essa realidade do Congo não está tão longe assim de nós aqui no Brasil. Uma pesquisa do [Instituto Datafolha](#) feita a pedido do [Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#) aponta que **27,4% das brasileiras já sofreram algum tipo de violência**. Sim, uma em cada quatro mulheres passou por alguma agressão em nosso país.

Em outro levantamento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mostra que, entre 2011 e 2014, **69,9% dos estupros cometidos no Brasil foram com crianças e adolescentes**. No geral, 15% desses atos criminosos foram praticados coletivamente e 25% dos autores eram conhecidos pela vítima. Dados tão lamentáveis parecem se repetir nos Estados Unidos, na Ucrânia, no Iraque, no Sudão...

Diante de tanta calamidade nos quatro cantos do mundo, Mukwege levanta uma bandeira contra a **masculinidade tóxica**. “Todos nós temos a obrigação de lutar contra a desigualdade de gênero, que está por trás de todos esses males. Na maioria dos países, a mulher é vista

como um objeto que nós homens podemos descartar quando quisermos.

Precisamos incentivar que elas se tornem líderes em suas áreas para um dia alcançarmos uma sociedade mais igualitária.” Uma lição valiosa de um ser humano notável.

Por André Biernath

No Brasil, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia

A maior parte dos casos - 61% - acontece dentro de casa, mostram dados da Saúde

(Gênero e número, 22/08/2019 - acesse no site de origem)

A violência contra a população LGBTQ+ tem muitas faces. Uma delas é a violência sexual, incluindo o crime de estupro. Nesse tipo de violência, as mulheres lésbicas são as mais atingidas entre LGBTQ+. Em média, 6 lésbicas foram estupradas por dia em 2017, em um total de 2.379 casos registrados, segundo levantamento exclusivo da **Gênero e Número** a partir de dados obtidos no [Sistema de Informação de Agravos de Notificação \(Sinan, parte do Ministério da Saúde\)](#) via Lei de Acesso à Informação. Em 61% dos casos notificados, a vítima foi estuprada mais de uma vez.

É dentro de casa e no meio familiar que as mulheres lésbicas são violentadas. Em 61% dos casos, a agressão ocorreu na residência, enquanto 20% aconteceram em vias públicas e 13% em “outros locais”. Os homens são alvos. Aparecem como autores em 96% das agressões sexuais. Mulheres são apenas 1% das agressoras. Em 2% das agressões há registros de ambos os gêneros como agressores. Em 1% dos casos notificados o gênero do autor não é identificado.

“A misoginia e o ódio total às mulheres lésbicas, refletidos nesses dados sobre violência sexual, estão ligados a não necessidade da figura masculina em uma relação entre mulheres e como isso macula a virilidade e masculinidade frágil dos homens heterossexuais”, analisa a presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB) do Paraná e coordenadora jurídica das Organizações Internacionais de Direitos Humanos no Grupo Dignidade e Aliança Nacional LGBTI Ananda Puchta. “Por isso, o estupro sempre foi uma demanda do movimento de mulheres lésbicas, porque sempre aconteceu. Só ano passado conseguimos uma legislação que pudesse nos ajudar a quantificar essa questão”, conta.

Segundo a advogada, o problema maior segue sendo a subnotificação e o apagamento do motivo desses estupros nos dados de violência sexual e da própria Lei Maria da Penha. As mulheres lésbicas representam cerca de 10% das notificações de estupros contra mulheres do Sinan.

Assim como nos [outros tipos de violência](#), as mulheres negras são a maioria das vítimas de estupro contra lésbicas. Em 2017, elas representavam 58% das vítimas, seguida de brancas

(35%), indígenas e amarelas (1%).

Para Puchta estamos inseridos em uma sociedade que não concede às mulheres negras dignidade de vida, por isso elas são sempre mais vulneráveis aos diferentes tipos de violências como a violência sexual. “A vivência lésbica e negra é muito mais inferiorizada por esse agressor que comete a violência, já que corpos negros são hipersexualizados e vistos como um corpo de servidão na nossa sociedade. Por isso, esse estupro vêm de uma relação de poder que perpassa pela combinação de misoginia, racismo e lesbofobia”, destaca Puchta, que também é uma das co-fundadoras do [coletivo Cássia](#), um grupo de empoderamento de mulheres lésbicas e bissexuais.

Estupro corretivo: a violência sexual lesbofóbica

Em abril do ano passado, uma jovem lésbica de 22 anos estava na Cantareira, praça e reduto de bares próximo à Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Rio de Janeiro quando dois rapazes a convidaram para beber com eles. A jovem aceitou, mas contou ser lésbica e que estaria interessada em outra mulher do bar. Depois de conversar com os rapazes, despediu-se e se dirigiu a outra mulher. Por volta das 22h, seguiu caminhando em direção ao centro da cidade, onde pegaria um ônibus para casa. Nesse percurso, foi então surpreendida por um dos homens que estava no bar, que a abordou, a perseguiu e a estuprou. Neste caso, narrado no [jornal O Fluminense](#), a vítima revela que foi agredida com tapas e socos, e que no momento do estupro o agressor disse “Agora você vai aprender a gostar de homem”.

O caso ocorreu apenas alguns meses antes de ser sancionada a [lei 13.718](#), em setembro de 2018, que criou penas específicas para novas formas de violência contra mulheres e LGBTs. Entre essas, está o estupro corretivo, aquele em que a motivação do estupro é o controle dos comportamentos social e sexual da vítima. O texto define um aumento de dois terços da pena, em caso de estupro coletivo. O mesmo aumento é estipulado para os casos de “estupro coletivo”, em que o crime é cometido por dois ou mais agressores.

“O diferencial desse tipo de estupro para outros casos é que a motivação é baseada na inconformidade do autor sobre a sexualidade das vítimas. Por isso, é uma combinação do machismo com a LGBTfobia. O autor considera a sexualidade da vítima uma transgressão à regra moral, biológica e social. E a ideia é curar ou reverter como se fosse uma doença, porque é isso que o agressor considera que a homossexualidade é”, contextualiza Paula Damasceno, pesquisadora da área de Saúde Coletiva na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A categoria “estupro corretivo” começou a ser discutida a partir da identificação desse crime em alguns países da África, como a África de Sul. No início, a categoria tratava do estupro principalmente contra lésbicas, sobretudo negras e que têm uma performance mais masculinizada, por serem mais fáceis de identificar. “Com o tempo, proeminência dos casos continua nesse sentido, mais vários outros grupos são atacados com a mesma lógica como é o caso de mulheres bissexuais e homens trans”, conta Damasceno, que no momento está debruçada sobre o tema, para a sua tese de doutorado.

Nem todo caso de estupro contra mulheres lésbicas configura estupro corretivo, entretanto. O agressor não necessariamente vai ter a informação da orientação sexual da vítima em todos os casos que cometer abuso sexual ou estupro. Por isso, só é possível fazer essa diferenciação [se foi ou não estupro corretivo] por meio da motivação do autor do crime, quando é manifestada

essa tentativa de reversão da sexualidade da vítima.

“A ideia da conversão de sexualidade está presente em várias esferas e uma delas é a da violência. As ideias da suposta “cura gay”, terapia de reversão sexual e estupro corretivo são uma das maiores violências que podemos sofrer, por que somos tratadas como loucas, aberração e nos seria imposta a heteronormatividade compulsória”, disse a integrante da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) Virginia Figueiredo.

Segundo Figueiredo, primeira mulher assumidamente lésbica a se candidatar a um cargo eletivo, nas eleições de 1996, uma pesquisa da LBL apontou que entre 2012 e 2014, cerca de 9% das vítimas de estupro que procuraram o Disque 100, serviço de denúncias e proteção contra violações de direitos humanos do governo, eram lésbicas

Não há dados oficiais de casos de estupros corretivos no Brasil. No geral, os casos são registrados apenas como estupro – que ainda assim é um crime subnotificado. Um dos poucos levantamentos sobre violências cometidas contra lésbicas, o [“Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil”](#), lançado no ano passado por Núcleo de Inclusão Social (NIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Nós: dissidências feministas, mostra que houve 54 mortes de lésbicas no país em 2017, e que em cerca de 3% desses casos foi cometido estupro seguido de assassinato. Mas como nem todo caso de estupro corretivo é seguido de morte, ainda é difícil saber a frequência com que esse tipo de estupro acontece.

As ideias da suposta “cura gay”, terapia de reversão sexual e estupro corretivo são uma das maiores violências que podemos sofrer, por que somos tratadas como loucas, aberração e nos seria imposta a heteronormatividade compulsória – Virginia Figueiredo, integrante da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)

Em 2018, no espaço [“Tribuna das Mulheres” da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara](#) ativistas LGBTs denunciaram o aumento das denúncias de estupros corretivos contra lésbicas. Na ocasião, Janaína Oliveira, da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT, destacou a dificuldade de encontrar dados específicos sobre casos de violência contra mulheres lésbicas e bissexuais.

A busca pela suposta “conversão” da sexualidade na América Latina

Enquanto na legislação brasileira estupro corretivo ainda é um termo novo, em outros países da América Latina essa discussão já tem precedentes. No Peru, organizações da sociedade civil e representantes do governo [denunciam que o estupro corretivo é uma prática recorrente e não casos isolados.](#) No Equador há denúncias de que [o estupro corretivo seja usado como um tratamento em clínicas que prometem a suposta “cura gay”](#). A ideia por trás desse fenômeno é de reversão e não aceitação da sexualidade do outro.

No Brasil, corre em sigilo no Ministério Público [investigação que apura indícios de que seis instituições que afirmam fazer a chamada ‘conversão da sexualidade’](#), segundo relatório produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), com a colaboração da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). As unidades são, na sua maioria, religiosas e estão distribuídas em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) proíbe psicólogos de oferecerem serviços para tratamento da homossexualidade. Desde 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a

homossexualidade da lista internacional de doenças.

“Temos uma disputa de narrativas, em que a narrativa da suposta “cura gay” volta com muita força. Essa ideia sempre existiu, mas estava mais amena e nesse cenário ganha mais vigor. E isso reverbera na percepção da sociedade sobre esse tema e se ele deve ser enfrentado, e se sim, de que forma. Estamos em um momento em que é questionado se é uma forma legítima ou não de tratamento. Essa guinada nos últimos anos, em que tivemos uma mudança de paradigma e de avanço do conservadorismo, afeta diretamente essa questão”, pontua Damasceno.

Um exemplo disso é que psicóloga Rozangela Alves Justino, uma das autoras da ação que liberou a “cura gay ” no país em 2017, [anunciou a candidatura em uma chapa ao Conselho Federal de Psicologia \(CFP\)](#), órgão responsável por regulamentar a profissão no Brasil. Ela já foi punida, em 2009, por realizar pela terapia de ‘reversão sexual’.

Por Vitória Régia da Silva